

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 2 - ABRIL 2014



Regras agrícolas: equilíbrio possível?

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Reivindicando direitos já adquiridos: o caso do algodão na OMC e a nova Lei Agrícola dos Estados Unidos

RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO

Restrições à exportação agrícola e a OMC: opções para promover a segurança alimentar

COMÉRCIO JUSTO

O comércio justo e o sistema multilateral do comércio



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 2 - ABRIL 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development
Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Suzi Yumi Katsumata

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

MINISTERIAL DE BALI

4 **Um quarto de século de negociações agrícolas**

Pedro de Camargo Neto

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

6 **Reivindicando direitos já adquiridos: o caso do algodão na OMC e a nova Lei Agrícola dos Estados Unidos**

Hélio Tollini

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

10 **A nova Lei Agrícola dos Estados Unidos: uma perspectiva de Washington**

Celia Feldpausch

RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO

14 **Restrições à exportação agrícola e a OMC: opções para promover a segurança alimentar**

Giovanni Anania

COMÉRCIO JUSTO

18 **O comércio justo e o sistema multilateral do comércio**

Steven Suranovic, Pegi Ylli

22 **Informações úteis**

23 **Publicações**

Preparando o terreno?



Exaltações ao potencial da agricultura brasileira não são recentes. Há algo, porém, que vai além da caracterização de variáveis como o clima, o solo ou o estoque de recursos hídricos. Graças às características do mercado internacional e à forma com que nele nos inserimos, muitas vezes não basta ser o mais eficiente na produção. Afinal, entre a propriedade rural e a mesa do consumidor há uma complexa estrutura institucional, capaz de aproximar ou afastar ambos os extremos.

Inspirado por tal reflexão, o presente número do Pontes busca iluminar o caminho percorrido por alimentos, biocombustíveis ou fibras para chegar até os consumidores. Bom exemplo é encontrado na análise feita por Celia Feldpausch sobre a nova Lei Agrícola dos Estados Unidos. Talvez poucas regras no planeta influenciem mais os almoços, a vestimenta e a visita aos postos de combustível dos humanos do que a Farm Bill. Steven Suranovic e Pegi Ylli, por sua vez, descrevem as principais características do comércio justo, iniciativa voltada a transformar esse trajeto. Entender quais as diferenças e complementaridades entre a certificação solidária e o regime estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) é o objetivo da análise desenvolvida por esses autores.

Tão importante quanto entender o caminho é ter clareza sobre as suas consequências. Artigo assinado por Hélio Tollini oferece uma excelente oportunidade para refletirmos sobre o papel da eficiência no êxito ou no fracasso em um mercado agrícola. Ao discutir os desafios enfrentados pelo setor cotonicultor do Brasil devido às decisões políticas de Washington, seu texto mostra a relevância do debate institucional para os rumos da agropecuária. A análise, ademais, abre espaço para uma comparação com outros casos também apresentados por essa publicação: haveria estratégias indicadas em casos em que é preciso convencer outros países a mudarem suas regras?

É provável que a resposta para a questão acima esteja nas negociações multilaterais. Sabemos que os caminhos importam – e geram consequências para seus usuários. Como reformá-los? Seguindo sua tradição de promover debates que possam ser traduzidos em medidas concretas, este número do Pontes traz uma série de recomendações em seus textos. Giovanni Anania, por exemplo, apresenta sugestões para que a OMC, ou outros acordos de comércio, ofereçam respostas mais efetivas à insegurança alimentar. Finalmente, Pedro de Camargo Neto discute os principais desdobramentos da Conferência Ministerial de Bali, encontro no qual, embora muitos tenham usado o termo “fizemos história”, faltou escrever a maior parte do enredo.

A você, prezado(a) leitor(a), esperamos trazer elementos relevantes para a reflexão e o debate. Oferecemos, ademais, a possibilidade de participar ativamente do processo de construção desta publicação, comentando as notícias publicadas no [site do Pontes](#) ou escrevendo-nos um [e-mail](#).

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

MINISTERIAL DE BALI

Um quarto de século de negociações agrícolas

Pedro de Camargo Neto

Este artigo avalia a Conferência Ministerial de Bali no que toca à agenda de negociações em agricultura. O autor conclui que os resultados do encontro colocam em questão não apenas a liderança até então historicamente empreendida pelo Brasil no tema agrícola, como também a credibilidade do papel da OMC na redução das iniquidades no comércio.

Para a agricultura do Brasil, Bali não produziu quase nada. Melhorar a transparência e gestão de cotas tarifárias é positivo, porém muito pouco. A negociação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos foi abandonada pelo Brasil. Uma perda, pois o país havia se tornado líder mundial nesse tema.

Em 2003, em Cancun, sob a liderança do Brasil, foi criado o chamado G-20 agrícola, unido em torno do denominador comum do fim dos subsídios à exportação – reforçada pela iniciativa de quatro países africanos que condenavam os subsídios à exportação do algodão. Embora os Estados Unidos e a União Europeia (UE) considerassem que o grupo se fragmentaria rapidamente, a coesão do G-20 acabou por pressionar tais membros da OMC e, poucos meses após Cancun, a UE anunciou estar preparada para eliminar os subsídios.

A reunião ministerial seguinte, realizada em 2005, em Hong Kong, terminou com uma declaração que pouco progrediu nos temas em negociação, mas incluiu termos expressos para o fim dos subsídios à exportação até 2013. Em Bali, foi apenas incorporado ao texto final aprovado que o tema permanece relevante – um retrocesso em relação à declaração anterior, que ao menos definia um prazo para a conclusão das tratativas.

Os subsídios à exportação agrícola – sejam os clássicos ou aqueles indiretos, de efeito equivalente – constituem uma iniquidade de simples compreensão, embora certamente não a única, ou mesmo a maior. Em contraste, os subsídios são proibidos no setor manufatureiro. Nem mesmo a opinião pública dos países desenvolvidos apoia essa prática distorciva. Nesse sentido, os subsídios agrícolas correspondem ao tema perfeito para dar sentido histórico à reunião de Bali e, mais do que isso, para conferir significado ao multilateralismo comercial.

Em Bali, o argumento utilizado para justificar o abandono da luta pela equidade com o fim dos subsídios à exportação estava relacionado à incontornável necessidade de obter consenso. Assim, houve uma desistência antecipada, sem que sequer se aguardasse até o final das tratativas para, então, ceder. O fim dos subsídios à exportação, negociado desde 1986 e com prazo de 2013 estipulado na Conferência de Hong Kong, tinha todas as condições para ser vencedor. Contudo, o que se verificou foi o desaparecimento do G-20 agrícola em Bali e um tímido desempenho do Brasil nessa seara. O papel de facilitador é do competente brasileiro diretor-geral da OMC, não do Brasil.

Com isso, perderam também Benin, Burkina Faso, Chade e Mali, países que lutam há 13 anos por equidade no comércio de algodão. Novamente, obtiveram somente uma promessa – mas promessa não resolve pobreza.

os subsídios agrícolas correspondem ao tema perfeito (...) para conferir significado ao multilateralismo comercial.

A Índia saiu vencedora: conseguiu introduzir um tema novo (*Doha plus*), desmontando todos os argumentos de que, em Bali, a ambição deveria ser pequena. A ousadia, no caso indiano, produziu resultado.

Essa mesma conquista foi muito comemorada pelo G-33, grupo de países em desenvolvimento. Todavia, esses países dificilmente farão uso do ganho obtido em virtude da redação final. A realidade também mostra que os PMDRs possuem limitadíssimos recursos do Tesouro para subsidiar seus agricultores e que, desse modo, os subsídios praticados por tais países quase nunca ultrapassam os limites permitidos pela OMC.

O Brasil optou por ser o facilitador do consenso. Eliminou sua ambição para assumir o discurso de que seria preciso fortalecer o sistema multilateral do comércio. Mas uma OMC que permite iniquidades pode ser considerada forte ou relevante? A Rodada Doha tem no coração o tema agrícola. É chamada "Rodada do Desenvolvimento": deveria, nesse sentido, ter a ambição de corrigir grandes iniquidades no comércio internacional, em especial na agricultura. Não foi em Bali.

De fato, obter acordo é sempre melhor. Porém, o processo negociador precisa ser consistente. Há quem diga que isso era impossível e que, por isso, foi melhor obter uma declaração de conteúdo modesto. A Índia mostrou claramente o contrário. Há quem diga que foi incluída a promessa de continuar negociando os subsídios agrícolas. Com efeito, isso é dito desde 1986, em Punta Del Este, no início da Rodada Uruguai.



Pedro de Camargo Neto
Ex-presidente de associações
de classe e ex-secretário do
Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
(MAPA), no período 2001-2002.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Reivindicando direitos já adquiridos: o caso do algodão na OMC e a nova Lei Agrícola dos Estados Unidos

Hélio Tollini

Com base no histórico do caso do algodão no âmbito da OMC, o autor analisa os impactos dos subsídios praticados pelos Estados Unidos no setor cotonicultor e discute os principais argumentos que levaram a ABRAPA a questionar a Lei Agrícola recentemente aprovada nos Estados Unidos.

Nos primeiros anos da década de 1990, convidado para fazer uma palestra para o corpo de assessores econômicos do Congresso dos Estados Unidos sobre os prejuízos que a política agrícola desse país causava à agricultura brasileira, terminei a apresentação dizendo que não adiantava reclamar informalmente: o Brasil deveria recorrer à legislação internacional sobre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) para tentar minimizar seus prejuízos. À época, não parecia provável que algum país abrisse um contencioso contra a política agrícola estadunidense: tal iniciativa era considerada uma causa perdida. Nenhum país havia contestado, na OMC, os subsídios agrícolas dos Estados Unidos.

Uma década depois, como diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), participei do esforço do contencioso do algodão contra os Estados Unidos. O governo do Brasil considerava, naquele momento, a possibilidade de abrir um contencioso relacionado à soja, que sentia os efeitos nocivos da concorrência da soja estadunidense, protegida e estimulada por inúmeros subsídios da Lei Agrícola daquele país. Os primeiros estudos foram iniciados, mas a elevação dos preços da soja no mercado internacional fez com que o governo brasileiro decidisse não abrir ação sobre esse produto na OMC.

Foi lembrado então do algodão, que sofria a concorrência do produto estadunidense, também protegido e estimulado por inúmeros programas. O algodão constituía um caso mais claro de prejuízos causados pela política agrícola dos Estados Unidos. Consultada pelo governo, a ABRAPA prontamente apoiou a ideia de uma ação na OMC. Era claro que abrir um contencioso sobre algodão exigiria o máximo de competência e conhecimento sobre os regulamentos da OMC e sobre os complicados programas das leis agrícolas estadunidenses.

O algodão produzido nos Estados Unidos começou a receber subsídios em 1933. Naquela época, os programas visavam a ajudar agricultores familiares que viviam com grandes dificuldades financeiras. A história desses pobres produtores de algodão dos Estados Unidos está bem retratada no livro *A Painted House*, de John Grisham. No entanto, os agricultores retratados por John Grisham nada se parecem com os atuais beneficiários dos subsídios ao algodão, muitos dos quais correspondem a grandes empresas produtoras e comercializadoras que recebem – de forma legal, de acordo com a legislação dos Estados Unidos – grande parte dos recursos.

Em 2002, decidiu-se levar o caso do algodão à OMC. No final daquele ano, foram realizadas consultas preliminares entre Brasil e Estados Unidos, etapa primeira em qualquer contencioso na OMC e oportunidade para nosso país formular perguntas sobre a legislação estadunidense. O Brasil apresentou uma lista de perguntas com mais de uma dezena e meia de páginas. Os Estados Unidos responderam a todas, dizendo, basicamente, que as informações estavam disponíveis na Internet. De qualquer forma, o Brasil obteve as informações que queria. Havia um novo governo no Brasil no começo de 2003, e não se

US\$ 3 bilhões

Montante aproximado dos subsídios pagos anualmente pelo governo dos Estados Unidos a produtores de algodão, sob a Lei Agrícola de 2008.

sabia qual seria a posição desse novo governo sobre a abertura formal de um contencioso do algodão na OMC. O novo governo decidiu, sem demora, abrir o contencioso.

Era a primeira vez que algum país decidia desafiar os programas estadunidenses para a agricultura na OMC. E isso podia ser verificado durante a vigência da famosa "cláusula da paz", nome estranho para dispositivo da Rodada do Uruguai, quando primeiro se produziu um Acordo sobre Agricultura, que permitia aos países industrializados continuar subsidiando seus agricultores por mais nove anos, desde que não ultrapassassem o montante dos subsídios dados até então. Nesse caso, competia ao Brasil provar, antes de tudo, que os Estados Unidos tinham violado essa cláusula por extrapolarem os limites estabelecidos. A cláusula da paz protegia três tipos de subsídios: aqueles relacionados à exportação, proibidos mas amplamente usados; aqueles relacionados à caixa verde, não diretamente relacionados com o nível de produção; e aqueles classificados nas caixas amarela e azul, que distorcem o comércio. O Brasil provou que a cláusula da paz havia sido violada pelos Estados Unidos no caso do algodão.

Foi um painel complexo, que resultou em mais de 2.000 páginas de documentos centrais e cerca de 5.000 páginas de anexos, exigindo 3 reuniões do painel. O contencioso envolveu ainda 13 países atuando como terceiras partes, interessados no assunto mas não envolvidos diretamente. Todos eles puderam manifestar seus interesses em algum momento do processo. O contencioso era complexo, por ser o primeiro a desafiar subsídios domésticos à agricultura, subsídios à exportação e subsídios para garantia de créditos à exportação sob a vigência da cláusula da paz, além de desafiar o significado da caixa verde, pois, até então, subsídios que distorciam o comércio eram incluídos sob a proteção dessa caixa. Foi ainda o primeiro processo a usar o conceito de "prejuízo sério", baseado parcialmente em modelos econométricos. A argumentação legal permitia provar que havia ilegalidades de acordo com as leis internacionais de comércio, mas os cálculos econométricos permitiam estimar o montante monetário dos prejuízos incorridos pelo Brasil.

Ao longo do processo, os agricultores estadunidenses receberam altos valores por meio dos diferentes programas da Lei Agrícola. Em um dos anos, o valor dos subsídios foi 129% maior do que o valor de toda a safra. Foram US\$ 898 milhões dos Empréstimos de Comercialização, US\$ 869,5 milhões dos Pagamentos Contracíclicos, US\$ 194,1 milhões do Seguro de Colheita, US\$ 415 milhões do Step 2 (garantia de crédito à exportação), US\$ 421,4 milhões como pagamentos diretos, US\$ 50 milhões para custos de processamento de sementes e US\$ 349 milhões como garantia de crédito para certos países em desenvolvimento que importassem algodão dos Estados Unidos. Esses valores somam quase US\$ 3,2 bilhões pagos em subsídios, isolando o produtor estadunidense dos riscos de preços e garantindo alta renda aos produtores sob quaisquer condições do mercado do algodão.

Esses dados, e suas consequências em termos de supressão de preços no mercado internacional e decorrentes prejuízos para o Brasil, foram aceitos pelo painel de juízes da OMC, que concluiu:

- quanto aos subsídios na caixa amarela (que afetam a produção), que o Brasil provou que aquele nível de suporte para um produto específico (algodão) ultrapassava os limites definidos em 1992 pela cláusula da paz;

os agricultores estadunidenses receberam altos valores por meio dos diferentes programas da Lei Agrícola (...) isolando o produtor estadunidense dos riscos de preços e garantindo alta renda aos produtores sob quaisquer condições do mercado do algodão.

- que os subsídios acionáveis, incluídos nos programas Empréstimos de Apoio ao Mercado (*Market Assistance Loan*), Step 2, Pagamento por Perdas no Mercado e Pagamentos Contracíclicos, estavam relacionados ao nível de preço e que causavam prejuízos sérios ao Brasil por seus efeitos depressivos sobre os preços internacionais do algodão, fazendo com que os produtores estadunidenses ficassem isolados do mercado e gerando excedentes e oferta;
- que os pagamentos do programa Step 2 a exportadores e à indústria doméstica estadunidense, cobrindo a diferença entre os altos preços pagos aos produtores locais e preços no mercado internacional, conflitavam com o item 9.1 do Acordo sobre Agricultura. Como os Estados Unidos não haviam registrado na OMC nenhum compromisso em relação a subsídios à exportação, qualquer pagamento sob esse título conflitava com os artigos 3.3 e 8 do Acordo sobre Agricultura.

Como era esperado, os Estados Unidos apelaram, mas o Corpo de Apelação da OMC manteve praticamente todas as decisões do Painel. Foram muitas as decisões do Corpo de Apelação, mas cabe ressaltar aquela que determinou que os Pagamentos Diretos e os Contratos de Flexibilidade de Produção não pertenciam à caixa verde. O Corpo de Apelação orientou o Corpo de Liquidação de Disputas a exigir dos Estados Unidos a conformação dos programas de apoio à agricultura com suas obrigações sob os Acordos da OMC – decisão clara a favor do Brasil e pelo fim de muitos dos subsídios da Lei Agrícola dos Estados Unidos.

Dando razão aos que afirmavam que os Estados Unidos não respeitariam decisões da OMC, as recomendações não foram obedecidas. Uma nova lei agrícola foi aprovada, e os subsídios persistiram. Agora, outra lei agrícola entra em vigor, desenhando situação ainda pior para a competição no mercado internacional de produtos agrícolas e, especialmente, do algodão.

Ainda, vale lembrar que, tendo o Brasil adquirido o direito de retaliação comercial cruzada pela não conformação da política agrícola estadunidense aos preceitos da OMC, os Estados Unidos entraram em acordo com o Brasil e comprometeram-se a pagar espécie de indenização ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), que passou a receber pagamentos parcelados que deveriam somar US\$ 147,3 milhões por ano. Pelo acordo, esses pagamentos cessariam quando fosse aprovada nova lei agrícola livre dos subsídios condenados pela OMC. Os Estados Unidos pagaram algumas das parcelas, mas interromperam os pagamentos em setembro de 2013, deixando unilateralmente de cumprir com o acordado.

A nova Lei Agrícola, aprovada em substituição àquela de 2008 (que expirou em setembro último), elimina alguns dos programas anteriores e introduz um programa novo (Stax), que, junto com os programas remanescentes – entre os quais se destaca o seguro de colheita e os subsídios para empréstimos de comercialização –, constitui ameaça severa ao algodão dos demais países produtores. A nova Lei Agrícola, pelos cálculos da ABRAPA e dado o nível de preços esperado no mercado do algodão, implica prejuízos para o Brasil piores do que aqueles decorrentes da lei de 2008. A Tabela 1 resume alguns dos resultados estimados.

Tabela 1. Cálculos dos efeitos da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos sobre a renda dos produtores brasileiros, a economia algodoeira do Brasil e a economia brasileira

Cenários/Efeitos	A (40 ct/lp*)	B (70 ct/lp*)	C (120 ct/lp*)
Desembolsos totais	US\$ 1,197 bilhão	US\$ 1,375 bilhão	US\$ 3,153 bilhões
Supressão de preços no mercado internacional	13,4%	7,0%	6,1%
Redução do PIB brasileiro	US\$ 1,711 bilhão	US\$ 1,878 bilhão	US\$ 3,606 bilhões
Redução de impostos pagos pelo setor	US\$ 312 milhões	US\$ 343 milhões	US\$ 658 milhões
Perda de empregos na economia	7.084	7.775	14.931

* centavos de dólar por libra-peso

Esse quadro resume alguns dos resultados de simulações feitas com o modelo econométrico. É fácil perceber os prejuízos que esse nível de desembolsos e a supressão de preços provocam para o Brasil. O Stax e o Programa de Seguro de Colheita (CIP, sigla em inglês) eliminam praticamente qualquer risco de preços e de produção para o produtor estadunidense. É difícil salientar a importância da quase total eliminação de riscos para o produtor de algodão dos Estados Unidos: ele ganha mesmo se os preços despencarem e se a colheita for perdida.

O Brasil não usou o direito de retaliação que obteve nas fases anteriores e aceitou o acordo de compensação financeira que acabou não cumprido pelos Estados Unidos. A retaliação era a medida efetiva que o Brasil poderia usar. Agora, o Brasil considera abrir um painel de implementação para provar que os Estados Unidos não cumpriram com as recomendações da OMC – o que o país já havia conseguido. O setor cotonicultor brasileiro provará, mais uma vez, que a nova Lei Agrícola prejudicará o Brasil, o que já havia provado em relação às leis anteriores. Se o Brasil vencer mais essa etapa e se os Estados Unidos continuarem sem cumprir com a recomendação da OMC, os produtores brasileiros se perguntarão sobre o que fará o Brasil nessa situação. Retaliar parece fora de consideração. Os produtores, inclusive de outros produtos, continuarão perdendo e sem ter esperança de algum dia poderem reclamar seus direitos junto à OMC.



Hélio Tollini

Engenheiro agrônomo, Ph.D. em Economia, sócio da Ruralprosper Consultoria.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A nova Lei Agrícola dos Estados Unidos: uma perspectiva de Washington

Celia Feldpausch

A nova Lei Agrícola estadunidense – conhecida como Farm Bill – foi sancionada pelo presidente Barack Obama em 7 de fevereiro deste ano. Este artigo discute o processo, o conteúdo e os pontos polêmicos da aprovação, assim como os desdobramentos recentes do caso do algodão envolvendo Brasil e Estados Unidos.

A recente aprovação da *Farm Bill* de 2014 pelo Congresso dos Estados Unidos rompeu um impasse de quase três anos no âmbito legislativo. A nova lei, que será vigente por cinco anos, passou por um processo turbulento, e sua aprovação envolveu diversas partes interessadas, exigindo uma intensa barganha entre a liderança partidária da Câmara e do Senado. A complexidade dos temas, os posicionamentos divergentes entre os partidos quanto aos programas sociais e as dificuldades orçamentárias, entre outros assuntos, compuseram uma trajetória longa e imprevisível para uma versão finalmente aprovada da lei.

O processo teve início em 2011, em antecipação à expiração em 2012 da *Farm Bill* de 2008. Embora o Senado tenha aprovado sua versão da proposta de lei em 2012, a Câmara não a votou e empurrou o assunto para o 113º Congresso. Em janeiro de 2013, o novo Congresso foi empossado e, como parte das negociações do abismo fiscal, prorrogou a lei até 30 de setembro. Nos Estados Unidos, um novo Congresso significa também a extinção das propostas de lei não previamente aprovadas. Dessa forma, as propostas foram reapresentadas, e o Senado novamente aprovou a lei em junho. Logo em seguida, a medida foi derrotada no plenário da Câmara e, embora as negociações tenham continuado, a lei em vigor expirou em 30 de setembro de 2013. Essa etapa no Congresso foi marcada por tensões partidárias e, após infindáveis negociações e a instituição do Comitê bicameral de conferência contendo 41 congressistas, um acordo foi alcançado entre as duas versões em 27 de janeiro de 2014. Depois do voto em plenário no mês seguinte, a lei foi sancionada pelo presidente Obama (veja a trajetória da proposta no Quadro 1).

Quadro 1. Datas importantes na trajetória da nova Lei Agrícola

Câmara	Senado	Conferência
20/6/2013 derrotada (195-234)	10/6/2013 aprovada (66-27)	27/1/2014 acordo Câmara-Senado
11/7/2013 aprovada sem SNAP* (216-208)		29/1/2014 aprovada na Câmara
09/9/2013 aprovado SNAP* (217-210)		04/2/2014 aprovada no Senado
28/9/2013 versão com SNAP*		07/2/2014 sancionada pelo presidente

• Foi prorrogada de janeiro de 2013 a 30 de setembro de 2013.

• Expirou 1º de outubro de 2013 até sua aprovação em 7 de fevereiro de 2014.

* O SNAP é a sigla em inglês para o Programa de Assistência Nutricional Suplementar.

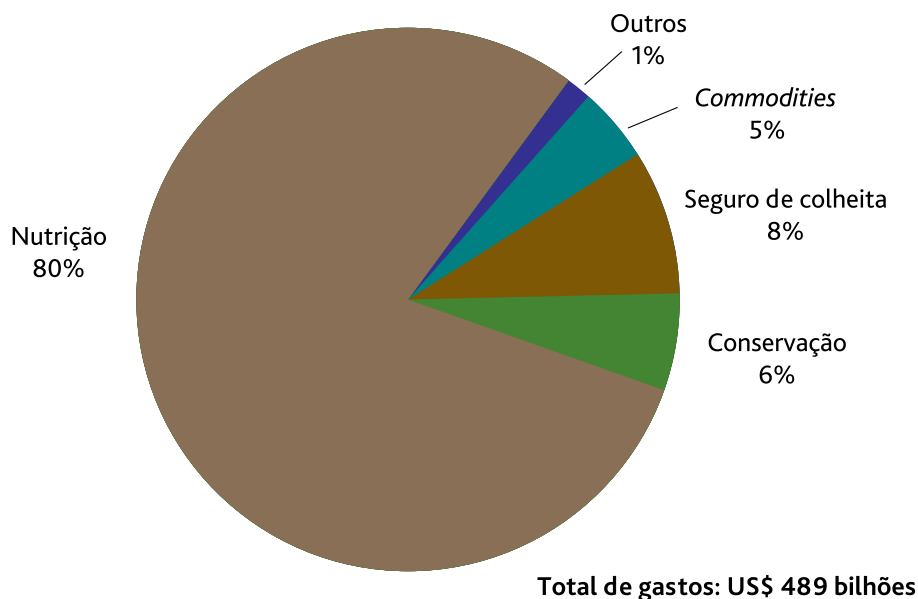
Conteúdo e pontos principais

A nova Lei Agrícola (P.L. 113-79) abrange a política alimentar e agrícola dos Estados Unidos, compreendida por vários programas de apoio às *commodities*, subsídios de nutrição e conservação. Vigente até 2018, a nova lei introduz mudanças no suporte a *commodities*, proporciona novas medidas de seguro de safras, simplifica programas de conservação, modifica e reduz o apoio ao programa de apoio à nutrição, além de expandir apoio a safras especiais, produtos orgânicos, bioenergia, desenvolvimento rural de fazendeiros e novos pecuaristas. Na totalidade, a Lei contém quase 1.000 páginas e cobre uma variedade de assuntos, conforme ilustram os 12 títulos que constituem a Lei: Lei: Título I, *Commodities*; Título II, Conservação; Título III, Comércio; Título IV, Nutrição; Título V, Crédito; Título VI,

Desenvolvimento Rural; Título VII, Pesquisa; Título VIII, Setor Florestal; Título IX, Energia; Título X, Horticultura; Título XI, Seguro de Safras; e Título XII, Vários.

De acordo com o relatório *The 2014 Farm Bill (P.L. 113-79): Summary and Side-by-Side*, elaborado pelo Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS, sigla em inglês), a nova Lei envolve um orçamento de US\$ 956 bilhões em subsídios e programas de nutrição por um período de dez anos, e de US\$ 489 bilhões em cinco anos. Vale a pena notar que, dos US\$ 956 bilhões, somente US\$ 200 bilhões são destinados às questões agrícolas, ou seja, os subsídios para programas de nutrição (US\$ 756 bilhões) compõem 80% dos gastos da *Farm Bill* (ver Gráfico 1).

Gráfico 1. Gastos públicos projetados para a Lei Agrícola de 2014



Fonte: USDA Economic Research Service

O relatório do CRS também nota que a versão aprovada reduz gastos em US\$ 16,6 bilhões para um período de dez anos. A versão da Câmara reduziria os gastos em US\$ 51,9 bilhões, a do Senado em US\$ 17,9 bilhões em dez anos. Além disso – o que é relevante para o Brasil –, a nova versão elimina os pagamentos diretos anuais para os produtores de algodão e institui, em seu lugar, o Programa de Proteção de Renda, um novo sistema de seguro de safras para o setor, conhecido pela sigla em inglês STAX¹. Esse mecanismo garante 70%-90% da receita projetada pelos cotonicultores.

Pesquisas recentes empreendidas pelo governo brasileiro, pelo setor privado e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) têm apontado o STAX como mais distorcivo ao comércio do que os pagamentos diretos. Durante um seminário realizado em 26 de março para avaliar a política agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia (UE), a CNA lançou o estudo intitulado *Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro*. O documento alerta que “são esses programas que irão sustentar a produção agrícola norte-americana nos volumes atuais ou até maiores, provocando queda nos preços internacionais e, com isto, distorcendo mercados”. A CNA também fez referência a um aumento nas faixas de prêmios do seguro de safras, que passa a cobrir de 70% a 90% das perdas dos agricultores. A mudança deve manter a alta de produção, derrubando os preços internacionais, segundo o estudo.

Pontos polêmicos

Do ponto de vista do Congresso dos Estados Unidos, a nova Lei Agrícola foi um grande desafio, por várias razões. Primeiramente, porque os produtores de *commodities* como o milho, o trigo e a soja possuem representação regional, e é difícil padronizar um programa único de apoio, que atenda a todos os setores. Segundo, o novo sistema teria que abranger os preços das safras e condições climáticas e, ao mesmo tempo, deveria contar com o

US\$ 8 bilhões

Redução de gastos prevista pela nova Lei Agrícola dos Estados Unidos.

suporte e a assinatura do presidente. Além disso, a vasta diferença entre as versões da proposta de lei da Câmara e do Senado, especialmente quanto ao apoio para programas de nutrição (SNAP), demandou capital político tanto de democratas quanto de republicanos. Em um primeiro momento, a versão da Câmara reduziria gastos no SNAP em US\$ 40 bilhões em dez anos, enquanto a versão do Senado em somente US\$ 4 bilhões para o mesmo período. No final, o acordo foi uma redução de gastos em US\$ 8 bilhões.

Entre os assuntos que dificultaram o processo, também se destaca o programa de apoio aos laticínios, à pecuária e os limites de pagamentos anuais aos fazendeiros de até US\$ 125 mil, os quais foram resolvidos nas últimas semanas das negociações. "No fim das contas, o Congresso se uniu para apoiar 16 milhões de empregos nos Estados Unidos, poupar bilhões de dólares e para implementar as reformas mais significativas para programas de agricultura em décadas", declarou a presidente do Comitê de Agricultura no Senado, Debbie Stabenow (democrata de Michigan). Por sua vez, o deputado Frank Lucas, presidente do Comitê de Agricultura na Câmara disse que "a Lei Agrícola contribui com grandes economias para a redução do déficit, reformas significativas para a política e ainda fornece uma rede de segurança, não só para a produção de alimentos e fibras estadunidenses, mas também para garantir que os nossos cidadãos tenham alimentos suficientes para comer".

Não obstante os comentários do Congresso estadunidense, a posição atual do governo e do setor privado brasileiro é de que a nova lei é mais nociva do que a anterior e não cumpre com os requisitos internacionais estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Temas comerciais e o caso do algodão

A nova Lei Agrícola está vinculada à resolução do contencioso do algodão, ganho pelo Brasil contra os Estados Unidos na OMC. O Brasil iniciou o contencioso do algodão na OMC em 2002 (DS267) e, após quase oito anos de litígio, em agosto de 2009, a OMC autorizou a retaliação contra os Estados Unidos. Em 2010, ambos os países assinaram um acordo-quadro temporário, que postergava a retaliação. Assim, foi estabelecido que US\$ 147,3 milhões seriam pagos pelos Estados Unidos ao Instituto Brasileiro de Algodão (IBA) até que a nova Lei Agrícola fosse aprovada².

Em tese, a nova Lei Agrícola seria o veículo de solução para o caso do contencioso, na medida em que:

- remove o preço de referência para o programa STAX (presente em versões antigas da proposta);
- elimina, a partir de 2015, os pagamentos diretos e institui o programa STAX;
- reduz o preço mínimo do empréstimo de plantio (*marketing loan*) de US\$ 0,47 para US\$ 0,45;
- reduz de 36 para 24 meses o programa de garantia de créditos à exportação (GSM-102); e
- permite a flexibilização dos fundos já recebidos pelo IBA para serem usados para pesquisas com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês) ou universidades/agências estadunidenses.

Outra questão comercial que envolve a *Farm Bill* é a nova lei de rotulagem da carne. Certas entidades pecuaristas reclamaram que a Lei não eliminou um novo regulamento dos Estados Unidos que exige a rotulagem do país de origem do animal de onde nasceu, cresceu e foi abatido – conhecido como "rotulagem pelo país de origem" (COOL, sigla em inglês). A carne brasileira, que poderá ter entrada no mercado estadunidense em breve, já enfrentaria esse novo requisito. Os produtores de carne alegam que a rotulagem é custosa e pode causar retaliação por parte do Canadá e do México, sob as regras da OMC. A nova Lei Agrícola prevê uma análise econômica do COOL.

Com a aprovação da nova *Farm Bill*, o setor privado brasileiro aguarda uma análise oficial do governo a respeito da conformidade das medidas acima com as decisões referentes

ao contencioso na OMC. A princípio, fontes indicam que o governo já deu indícios contra a *Farm Bill*. Vale lembrar que o Brasil teria 60 dias após a aprovação da Lei para avaliar o texto desta. Enquanto isso, em fevereiro o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) autorizou a instalação de um painel de implementação na OMC. A função do painel será avaliar se a nova legislação agrícola estadunidense cumpre com as regras do órgão multilateral sobre subsídios ao setor do algodão nos Estados Unidos. Embora a instalação do novo painel na OMC já esteja autorizada pela CAMEX, não está claro quando o pedido de tal painel será efetuado pelo Itamaraty em Genebra.

Em nota oficial, a CAMEX afirmou que "análise preliminar realizada pelo governo brasileiro indica que persistem elementos que distorcem o comércio internacional do algodão na nova lei norte-americana". A decisão da CAMEX foi apoiada pelos produtores brasileiros de algodão, que apontaram suas preocupações com relação ao novo mecanismo de seguro de safras (STAX) da nova Lei Agrícola. De acordo com o setor cotonicultor brasileiro, o STAX garante até 90% da receita esperada pelos produtores estadunidenses e causa mais distorções do que os programas contemplados na lei anterior.

Atuação do setor privado

O setor privado brasileiro, representado pela Coalizão das Indústrias Brasileiras (BIC, sigla em inglês), sediada em Washington, D.C. acompanhou de perto o processo das negociações e da aprovação da Lei. Em particular, a entidade monitora os aspectos da *Farm Bill* relativos a comércio, subsídios ao algodão e a setores como o energético e o florestal, assim como a implementação pelo Departamento de Agricultura estadunidense. Junto aos Comitês de Agricultura e de Jurisdição da Lei, a BIC realizou várias visitas ao Congresso, inclusive uma missão da presidência da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) a Washington, D.C. em janeiro. Em tais reuniões, ficou claro que, diante do longo processo das negociações da *Farm Bill*, os congressistas e seus assessores queriam virar essa página, relatando pouco apetite no Congresso para demais flexibilizações no acordo até então alcançado, citando inviabilidade política. Outro comentário frequente da parte do Congresso foi a pequena significância do caso do algodão para a grande maioria dos congressistas, que estão mais preocupados em atender às demandas de seus distritos do que atentar para um caso na OMC.

Por fim, com a possibilidade de um novo painel na OMC contra os Estados Unidos, negociadores estadunidenses viajaram ao Brasil na semana de 24 de março, com expectativas de firmar um acordo sobre o caso. Tal acordo não foi alcançado, e espera-se que, no curto prazo, ambas as partes continuem negociando, até segunda ordem.

❶ A nova lei mantém os pagamentos diretos até 2015, enquanto os produtores de algodão migram para o novo sistema.

❷ Os pagamentos ao IBA cessaram totalmente desde outubro de 2013.



Celia Feldpausch

Diretora-executiva da Brazil Industries Coalition (BIC), sediada em Washington, D.C.

RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO

Restrições à exportação agrícola e a OMC: opções para promover a segurança alimentar.

Giovanni Anania

Considerando as restrições à exportação, a insegurança alimentar e as repentinas altas nos preços internacionais, com sérios impactos para os países em desenvolvimento, o autor oferece uma série de alternativas de estratégias normativas voltadas a contornar tais problemas de forma mais eficaz.

Entre as causas que explicam a insegurança alimentar dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), a restrição às exportações não é a principal delas. É inegável, porém, que tais limitações agravam significativamente os efeitos negativos derivados de um inesperado aumento nos preços dos alimentos básicos. Em outras palavras, as restrições à exportação por parte dos Estados superavitários na produção agropecuária e as crises de abastecimento nos PMDRs estão relacionadas.

As restrições à exportação agrícola constituem uma área que se manteve subregulada nos Acordos da Rodada Uruguai. De fato, as atuais disposições são insuficientes e, em grande medida, ignoradas. O ciclo de aumento no preço dos alimentos entre 2007 e 2008 foi o elemento conscientizador sobre a importância de negociações multilaterais sobre o tema.

Tendo em vista a possibilidade de que tais ciclos de alta voltem a ocorrer, seria de enorme utilidade estabelecer multilateralmente um marco regulatório efetivo para atenuar os efeitos negativos das restrições à exportação sobre a segurança alimentar. No entanto, a preocupação generalizada em torno da necessidade de introduzir disciplinas mais rígidas nessa seara ainda não foi capaz de viabilizar um consenso na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Este artigo discute o papel das restrições à exportação agrícola como uma medida emergencial em resposta a um forte incremento nos preços internacionais. Os parágrafos a seguir analisam, ademais, as possíveis respostas políticas para regular um melhor uso desse instrumento. Com isso, objetiva-se contribuir para o debate atual, dedicado ao estabelecimento de regras multilaterais mais eficazes e aplicáveis, e evitar, assim, problemas de segurança alimentar para os consumidores mais vulneráveis às variações no preço dos alimentos.

O marco jurídico atual

As regras da OMC sobre restrições à exportação sofrem de uma evidente deficiência normativa, já que não definem adequadamente as circunstâncias de utilização das restrições quantitativas, tampouco regulam a aplicação de impostos sobre a exportação². Com isso, é reservado aos países um amplo espaço para a tomada de decisões em matéria de políticas restritivas, algo inexistente no caso das importações. De fato, enquanto as restrições à exportação carecem de regras efetivas, o Acordo de Agricultura da Rodada Uruguai determinou que todas as restrições à importação de bens agrícolas teriam que ser convertidas em tarifas. Consequentemente, observou-se um processo de consolidação das medidas de proteção, possibilitando a introdução de compromissos de redução.

A assimetria não existe apenas no tratamento dado às importações e exportações agrícolas. Embora os membros originais do sistema multilateral do comércio tenham evitado limitar suas próprias opções políticas, os países que aderiram à OMC nos últimos anos assumiram compromissos que os limitaram significativamente. Arábia Saudita, China, Mongólia, Rússia, Ucrânia e Vietnã tiveram que aceitar obrigações que excedem, em distintos níveis, as normas da OMC. Ademais, as restrições à exportação frequentemente são reguladas por acordos bilaterais e regionais de comércio, criando um mosaico de regras que vai além dos princípios estabelecidos multilateralmente.

Pessoas afetadas pela insegurança alimentar no mundo:

15,7 milhões

em países desenvolvidos

823 milhões

em países em desenvolvimento

Fonte: FAO (2013)

Além disso, o pano de fundo mudou desde as negociações da Rodada Uruguai, por diversos fatores. De um lado, estão os aumentos repentinos nos preços internacionais de cereais e as reações políticas por parte dos principais exportadores. De outro lado, as implicações de tais decisões para o nível de insegurança alimentar das populações mais pobres em muitas partes do mundo. É necessário considerar, ainda, os efeitos de tal dinâmica sobre a reputação dos mercados internacionais como uma fonte confiável de alimentos para estratégias nacionais de segurança alimentar.

Apesar de todos esses desafios, chegar a um acordo destinado a introduzir regras mais estritas para as restrições à exportação é um processo especialmente complexo. Tanto na OMC, na qual o tema é negociado desde 1999, quanto em outros regimes internacionais, a disposição dos países exportadores de alimentos a abrir mão de seu espaço de decisão política tem sido mínima.

Opções para promover a segurança alimentar

Este artigo sugere seis opções de modificação das atuais regras sobre o uso temporal das restrições à exportação de produtos agrícolas em resposta a um aumento repentino e acentuado dos preços internacionais. Tais alternativas são elencadas segundo níveis crescentes de "ambição" – entendida como a capacidade de limitação da margem de ação política atualmente disponível aos países exportadores. As opções são cumulativas dado que, de maneira geral, não apenas se complementam, como também são requisitos para consensos mais ambiciosos.

1) Organizações internacionais e ajuda alimentar

Partindo do nível de ambição mais baixo, a primeira opção é acordar a isenção de impostos ou restrições à exportação de alimentos adquiridos por organizações internacionais sempre que estes sejam distribuídos para fins humanitários. As novas regras estabeleceriam a proibição de impostos sobre a exportação de forma extraordinária, somente aplicáveis às compras realizadas por algumas organizações internacionais como o Programa Mundial de Alimentos.

Caso tal opção seja implementada, seu impacto sobre o volume negociado e os preços de mercado seria insignificante. Os benefícios, porém, seriam consideráveis. Afinal, a medida aumentaria a capacidade das organizações internacionais de adquirir alimentos, tendo em vista suas limitações financeiras relativamente rígidas. Em outras palavras, o custo adicional que atualmente decorre dos impostos e das restrições seria redirecionado à aquisição de alimentos em épocas de crise humanitária.

2) Melhora na aplicação das disciplinas existentes

Esta opção não modifica as regras atuais da OMC. Na verdade, sua função seria esclarecer alguns dos termos atualmente utilizados nos acordos da Organização. A adoção de uma linguagem mais transparente, desprovida de ambiguidade, permitiria o cumprimento de disposições já existentes, porém desrespeitadas.

A principal consequência dessa iniciativa seria a atração das atenções para a ambiguidade existente nas regras usadas para a importação e exportação de produtos agrícolas. Mais especificamente, uma clarificação da linguagem estabelecida nos acordos da OMC não vedaria a adoção de impostos à exportação: apenas precisaria suas condições de uso. Com isso, seria possível identificar aquelas políticas baseadas na aplicação de impostos ou outras restrições à exportação.

Duas consequências principais derivariam de tal opção. Primeiramente, políticas contrárias ao artigo XI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1994 (GATT 1994, sigla em inglês) poderiam ser questionadas no mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Além disso, os procedimentos necessários para a implementação de uma restrição à exportação (que incluem a obrigação à consulta e notificação) seriam fortalecidos. Normas parecidas já são encontradas em vários acordos regionais.

A insegurança alimentar nos PEDS:

- Entre 1992 e 2013, o número de subnutridos nos PEDS caiu cerca de 17%.
- Até 2012, 22 países conseguiram reduzir a subnutrição pela metade, segundo estipulado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- Na África Subsaariana, porém, cerca de 25% de todos os habitantes passam fome.

Fonte: FAO (2013)

A clarificação das regras ofereceria avanços importantes ao cenário atual, melhorando significativamente a transparência e a previsibilidade na aplicação das restrições à exportação. Em outras palavras, haveria uma redução nas assimetrias de informação e nos custos de transação para comerciantes e investidores. A medida diminuiria, ademais, a incerteza sobre a capacidade dos mercados mundiais de fornecerem alimentos em momentos de maior necessidade.

Seu efeito sobre as quantidades transacionadas e preços seria muito pequeno, dado que os países ainda teriam a opção de estabelecer um imposto em substituição às restrições à exportação – ainda que estas fossem mais transparentes segundo as novas regras. Por sua vez, o custo institucional mais elevado das restrições à exportação poderia dissuadir sua aplicação, reduzindo a probabilidade de reações políticas de “pânico”, como a introdução repentina de uma medida dessa natureza.

3) Limitação do efeito dos impostos e das restrições à exportação

Essa alternativa implica um enfoque completamente diferente quanto às regras sobre as restrições à exportação. Ao invés de tornar mais estritas as normas relacionadas aos impostos à exportação e às restrições quantitativas, impõe limitações a seus efeitos no mercado internacional. Aqui, as regras atuais permaneceriam as mesmas pelas razões expostas acima. Seu uso, porém, estaria sujeito às condições do país exportador, bem como às características do produto e de seu volume de exportação.

A fim de permitir políticas de restrição à exportação, os países deverão manter o mesmo nível de produção do bem vendido para o exterior. Este enfoque é encontrado em algumas propostas iniciais de negociação posteriores à Rodada Uruguai. Regras similares estão previstas pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) e pelos acordos bilaterais entre Canadá e Costa Rica e entre Canadá e Chile. Com isso, o país exportador poderia limitar o incremento no preço interno e, ao mesmo tempo, permitiria aos produtores nacionais acumular uma parcela dos benefícios derivados de cotações internacionais mais altas. A medida traz uma outra vantagem: negociações sobre as “circunstâncias excepcionais” que justificariam a adoção de restrições são desnecessárias nesse caso.

4) Proibição de restrições à exportação com exceções

Esta opção tornaria ilegal o uso das restrições à exportação para alimentos básicos dirigidos aos PMDRs importadores líquidos de alimentos. Os impostos, entretanto, ainda poderiam ser utilizados sem restrições. Para que as novas regras sejam efetivas, seria necessária uma definição clara de PMDR importador líquido de alimentos, assim como dos alimentos básicos compreendidos por tais exceções.

5) Disciplinas mais estritas para as restrições e impostos à exportação

A ambição desta opção deriva da aplicação de normas mais estritas sobre o uso de restrições à exportação. Impostos criados pelos países superavitários no comércio internacional de alimentos também seriam regulamentados pelas novas regras. Em resumo, a iniciativa tornaria ilegais tanto os impostos quanto as restrições à exportação de alimentos, mas estabeleceria exceções para a aplicação de tais instrumentos.

Eventuais barreiras impostas por um membro da OMC teriam que ser justificadas e aplicadas apenas em casos extraordinários. Ao sistema multilateral de comércio, caberia determinar as hipóteses legais para uma intervenção, os produtos passíveis de proteção e os mecanismos de ativação para que uma restrição passe a funcionar. Tais exceções seriam definidas de forma simples e transparente, oferecendo normas executáveis, “automáticas” e de fácil verificação. Assim, as restrições e impostos à exportação agora seriam tratados igualmente, a exemplo do que ocorre na imensa maioria dos acordos regionais de comércio.

6) “Simetria” na regulação das restrições à importação e exportação

A opção factível com a ambição máxima consiste em estender as normas atualmente vigentes para as importações às restrições à exportação, adaptando-se às particularidades

do tema sempre que necessário. As novas regras devem ser integradas com as disposições previstas nas alternativas anteriores, sempre que necessário. Espera-se que essa opção assegure tanto a expansão dos volumes transacionados quanto um menor aumento dos preços de alimentos após um choque exógeno, como intempéries climáticas ou conflitos bélicos.

As obrigações relacionadas aos impostos de exportação e à proibição da introdução de outras barreiras tarifárias de mesma natureza compõem os protocolos de adesão de alguns dos novos membros da OMC. Muitos acordos regionais de comércio estabelecem regras semelhantes. Caso um consenso para a conclusão da Rodada Doha seja obtido, normas revisadas em "acesso a mercado" certamente serão incluídas. Nesse caso, as novas regras se estenderiam também às restrições à exportação, respeitando as especificidades relativas ao tema.

Combater a insegurança alimentar é um desafio complexo, que envolve numerosos fatores. Conforme mencionado anteriormente, os países que restringem suas exportações não são os principais responsáveis pela insegurança alimentar nos PMDRs. As restrições ao livre comércio de bens agrícolas, porém, exacerbam os efeitos negativos derivados de crises ou escaladas repentinas nos preços. Um acordo na OMC, nesse sentido, mitigaria as consequências trazidas pelas restrições à exportação. O alcance de tais medidas dependerá, evidentemente, do grau de ambição das partes. Contudo, mesmo as medidas simples podem contribuir para suavizar as mazelas trazidas pela subnutrição nos países mais pobres do globo.

-
- ❶ Este artigo é uma adaptação de um estudo mais amplo, produzido pelo autor para o International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) e intitulado *Agricultural Export Restrictions and the WTO: What Options do Policy-Makers Have for Promoting Food Security?* Disponível em: <<http://bit.ly/1pPl9sw>>.
 - ❷ O texto legal que estabelece as regras relativas às restrições à exportação na OMC é o artigo XI ("Eliminação geral das restrições quantitativas") do GATT 1994. As restrições à exportação agrícola também são tratadas pelo artigo 12 do Acordo de Agricultura de 1994 ("Disciplinas em matéria de proibições e restrições à exportação").
 - ❸ Evidentemente, a distribuição de eventuais ganhos dependeria do instrumento de política utilizado. Em outras palavras, as consequências do uso de uma tarifa de exportação ou outro tipo de restrição não são idênticas.



Giovanni Anania

Professor do departamento de Economia, Estatística e Finanças da Universidade da Calábria (Itália), onde trabalha em diferentes áreas desde 1981.

COMÉRCIO JUSTO

O comércio justo e o sistema multilateral do comércio

Steven Suranovic, Pegi Ylli

Este artigo analisa diferentes abordagens de comércio justo e traça possíveis articulações entre este e o sistema multilateral do comércio, com vistas a reduzir as desigualdades que vieram a caracterizar historicamente o comércio internacional. A partir desse quadro, os autores discutem as perspectivas de expansão da certificação solidária.

O século XX foi marcado pela fenomenal taxa de crescimento econômico ao redor do planeta. Embora tal processo tenha permitido a melhora das condições de vida de bilhões de pessoas, um lamentável padrão se mantém: a desigualdade de renda segue alta. Ademais, é crescente a distância observada entre o padrão de vida predominante nos países desenvolvidos (PDs) e nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

Para muitos observadores, o crescimento do padrão de vida nos PDs deriva da expansão dos mercados e da divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas de cada sociedade. Nesse sentido, uma possível solução para os PMDRs seria facilitar sua entrada no sistema multilateral do comércio por meio de reformas liberalizantes em seu mercado interno. Este é o principal objetivo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Abordagem diferente é dada por organizações alternativas criadas nas últimas décadas. Entre tais iniciativas, as mais importantes são aquelas baseadas na certificação segundo as regras do comércio justo. Nesse sistema, produtos específicos comercializados internacionalmente – como cacau, café e chá – podem receber um selo de “comércio justo” caso respeitem uma série de diretrizes. Cabe a uma organização certificadora avaliar, entre outras variáveis, se uma proporção justa do preço final termina no bolso dos agricultores mais pobres ou se o bem é produzido segundo condições justas de trabalho.

Mais especificamente, por preço justo aos agricultores mais pobres se entende a garantia de um valor mínimo em dólares por unidade que seja compatível com a obtenção de determinado nível de vida. Condições justas de trabalho, por sua vez, derivam do estabelecimento de contratos de longo prazo entre os intermediários e os produtores do bem certificado, além da adoção de padrões sustentáveis na condução dos negócios.

Os proponentes de cada abordagem para o desenvolvimento econômico tendem a suspeitar de outras iniciativas. Em geral, os defensores da liberalização e da OMC argumentam que o comércio justo é um conceito subjetivo, que não pode ser traduzido em políticas simples e consensuais. Ademais, lembram que o receituário que fundamenta uma certificação pode ser arbitrário, levando a ineficiências que resultam em mais prejuízos que conquistas.

Em contraste, alguns defensores do comércio justo tendem a associar a desigualdade de renda à liberalização dos intercâmbios internacionais. Sustentam, ainda, que o aprofundamento das regras da OMC contribui para o aumento da pobreza. Dessa maneira, o comércio justo seria um substituto com qualidade institucional superior ao regime atualmente existente.

A fim de entender melhor a interação entre ambos os sistemas, é necessário descrever suas características. As próximas duas seções deste artigo descrevem o sistema multilateral do comércio e o comércio justo, respectivamente. No segundo caso, o foco será dado à certificação solidária, organizada em torno do estabelecimento da organização *Fairtrade International*. Em seguida, as considerações finais serão apresentadas, buscando enquadrar a possibilidade de convivência de ambas as iniciativas.

O Fairtrade em números:

827

número de organizações
de produtores certificadas

1,2 milhão

número de pessoas
beneficiadas

€ 43 milhões

montante distribuído
a projetos de
desenvolvimento

Fonte: FLO (2008)

A promoção do livre comércio e a OMC

Segundo alguns críticos da OMC, como Daniel Jaffee¹, as regras impostas pela OMC limitam a capacidade das nações mais pobres de proteger suas "frágeis economias, indústrias nascentes e agricultores familiares" da concorrência injusta no âmbito internacional. Tais autores argumentam que o sistema multilateral do comércio oferece aos países mais ricos a possibilidade de tirar proveito dos PMDRs.

Tal visão, porém, distorce o sentido da OMC. Não existem "regras" da OMC: o que há, na realidade, são promessas feitas por cada membro para liberalizar suas próprias políticas comerciais. O desfecho desse processo não leva a um padrão único, mas a um resultado em que cada país se compromete a reduzir suas tarifas em relação ao patamar observado no início das negociações. Não se espera que países em desenvolvimento (PEDs) mantenham o mesmo nível tarifário dos PDs; de fato, existe considerável flexibilidade para a fixação de tarifas entre os Estados menos pujantes.

Uma rápida avaliação dos dados disponíveis nos permite corroborar o argumento apresentado acima. Enquanto a tarifa máxima média nos Estados Unidos é de cerca de 3,5% e na União Europeia (UE) de 5,2%, na Argentina esta chega a 31,9%, no Brasil a 31,4% e no Chile a 25,1%. Países menos desenvolvidos possuem médias de tarifas máximas ainda mais altas. Mais especificamente, enquanto na Nicarágua esta chega a 40,7% e na Guatemala a 41,2%, na Índia o número é de 48,6%. Embora os PEDs estabeleçam ou apliquem suas tarifas em um nível muito mais baixo – 12%, em média –, a OMC lhes permite o incremento de tarifas em épocas de dificuldade sem que, para isso, tenham que violar as regras multilaterais.

Se os PEDs desejam reclamar de algo com razão, o tema para fazê-lo é a relação entre a OMC e as políticas agrícolas nacionais: os PDs apoiam seus produtores rurais com um complexo sistema de programas de apoio doméstico e subsídios à exportação. Resultantes de um intenso trabalho de grupos de pressão domésticos com interesses concentrados, tais iniciativas geralmente prejudicam os agricultores nos PMDRs. O sistema multilateral do comércio, entretanto, é parte da solução para o atual cenário, e não um problema.

De fato, as negociações na OMC podem ser usadas como um instrumento de pressão para que os PDs liberalizem seu setor agrícola, ajustando-o às promessas de um Acordo sobre Agricultura plenamente operativo. A necessidade de um consenso para o fechamento da Rodada Doha explica a capacidade das coalizões de PEDs de evitar um desfecho para os debates sem que mudanças no tema agrícola sejam promovidas. Que já estejamos discutindo uma possível solução para a Rodada Doha por mais de uma década mostra não apenas o poder adquirido pelos Estados mais pobres da OMC, como também o peso dos interesses concentrados nas nações mais ricas do mundo.

Muitas das desvantagens enfrentadas pelos agricultores do Sul global não se devem ao livre comércio, e sim porque este não prevalece nos mercados de interesse aos Estados mais pobres. Os poderosos grupos de pressão baseados no Norte global trabalham por medidas protecionistas, afetando principalmente aquelas áreas em que os países do Sul são competitivos. Embora as barreiras ao comércio sejam muito menores nos PDs, os picos tarifários em setores como agricultura, têxteis e vestuários seguem existindo. O que a OMC busca é reduzir ou eliminar essas discrepâncias. Infelizmente, até o momento, décadas de debates resultaram apenas em limitados progressos nessa direção.

O sistema de comércio justo

Os objetivos do sistema de comércio justo tratam de uma questão não abordada pela OMC: a desigualdade. Laura Reynolds² descreve o movimento como uma "crítica a desigualdades do comércio internacional historicamente enraizadas e como um conjunto de esforços de criar redes mais igualitárias, aproximando produtores marginalizados no Sul global e consumidores progressistas no Norte global". Este modelo comercial alternativo aspira estabelecer melhores preços, contratos de longo prazo e recursos que permitam melhorar os padrões ambientais e sociais para os produtores de *commodities* baseados no Sul.

O comércio justo e a cafeicultura:

28

Número de países onde existe certificação

530.000

número aproximado de produtores envolvidos

103.000

Toneladas exportadas

Fonte: FLO (2012)

Em resumo, o comércio justo busca fornecer um método simples para que consumidores dos PDs preocupados com a redução da pobreza contribuam para a melhora das condições de vida dos agricultores mais pobres do mundo. A saída encontrada pelo sistema foi o estabelecimento de regras que assegurem uma distribuição mais equitativa das receitas derivadas do comércio de *commodities*.

A certificação ocupa um papel central nesse processo. Por meio da verificação de padrões de produção e comercialização, o comércio justo promove a adoção de práticas sustentáveis ao mesmo tempo que garante a qualidade dos artigos oferecidos. Para tanto, foi criada uma organização, a *Fairtrade International*, que monitora a produção e a inclusão de novos membros ao sistema. O selo administrado pela instituição, chamado *Fairtrade*, promove princípios como preços justos, condições de trabalho justas e seguras, comércio direto, organização democrática e transparente, desenvolvimento comunitário e sustentabilidade ambiental⁹. O objetivo final é garantir que o consumo no Norte global e a produção no Sul global sejam regidos pelos mesmos princípios.

Aqui, vale a pena questionar por que os princípios do comércio justo não são contemplados pelo sistema multilateral do comércio. Em primeiro lugar, o ideário ligado ao livre comércio não lida diretamente com a redução da desigualdade, mas com o aumento da eficiência econômica, a qual deveria implicar uma maior oferta de bens e serviços disponíveis para o consumo. Tal resultado levaria à redução da pobreza caso o excedente fosse distribuído nas regiões mais pobres do mundo.

No entanto, se a maior eficiência levar a uma produção que é apenas consumida nas porções mais ricas do planeta, a desigualdade apenas aumentará. Muitos defensores do livre comércio abordam a questão, prescrevendo uma solução dupla: é necessário maximizar a produção via livre comércio; bem como estabelecer políticas de redistribuição de renda, de modo que uma parcela dos benefícios adicionais possa ser gozada pelos mais pobres.

Nesse sentido, o sistema de comércio justo pode complementar a meta de liberalizar o comércio ao oferecer um mecanismo de transferência de renda por meio das cadeias de *commodities*. Por se basear na participação voluntária, o comércio justo não viola nenhum dos princípios da OMC: pode coexistir com o sistema de livre comércio. Ademais, a certificação solidária tem a vantagem de promover a integração dos produtores mais pobres ao mercado internacional, o que a distancia da mera caridade.

Por outro lado, um problema potencial se refere aos custos derivados da certificação e do monitoramento do sistema. Na atualidade, os custos de implementação do comércio justo são repassados aos consumidores interessados na iniciativa, o que torna a minimização desses gastos um desafio. Quanto mais eficiente for a certificação solidária, maior será a sua competitividade em comparação com o mercado tradicional e, portanto, o número de produtores incluídos. É importante assegurar que um número crescente de indivíduos se interesse pelo comércio justo; nessa equação, o papel dos preços não pode ser menosprezado.

Uma segunda razão em favor da compatibilidade entre o comércio justo e a OMC deriva do fato de que o primeiro se concentra em corrigir desfechos injustos. Os mais pobres podem não obter benefícios do livre comércio porque tal ideal não foi atingido em muitos mercados de *commodities*. Conforme dito anteriormente, muitos produtos agrícolas são ainda protegidos por altas tarifas, e o protecionismo reduz a competitividade de produtos importados, resultando em ineficiência econômica.

Além disso, é preciso trazer ao debate o argumento apresentado por diversos analistas, como Alex Nicholls e Charlotte Opal¹⁰, de que existe uma concentração de poder de mercado em diversas cadeias de suprimento de *commodities*. Tem-se assim uma espécie de gargalo, em que considerável parcela do fornecimento de produtores a consumidores é mediada por um número limitado de intermediários. Se barreiras elevadas impossibilitam a entrada de competidores nesse elo da cadeia, é formado um monopólio pelas firmas

intermediárias. Consequentemente, os preços dos produtores agrícolas são forçados para baixo, o que leva a uma captura crescente do valor gerado entre as propriedades rurais e os supermercados.

O estabelecimento de um preço mínimo pelo sistema *Fairtrade* aproxima a realidade do cenário que prevaleceria caso houvesse competição perfeita também entre os intermediários. Conforme salienta Mark Hayes⁵, a certificação do comércio justo cria um método não-governamental de manutenção de uma remuneração mínima e, dessa maneira, corrige um desfecho injusto. Em outras palavras, o comércio justo contribui para a materialização de um cenário mais próximo daquele existente em um contexto marcado pela existência de livre comércio com competição perfeita.

A complementaridade entre o comércio justo e o sistema multilateral do comércio levou muitos dos participantes do primeiro a defender parcerias com grandes empresas para a comercialização de produtos de comércio justo por vias "tradicionais". Com isso, um número maior de consumidores seria atraído, aumentando a conscientização sobre os princípios do comércio justo e oferecendo aos produtores mais opções. A promessa desse argumento é a possibilidade de rápido crescimento do mercado solidário.

Os puristas, porém, acreditam que o comércio justo é um modelo alternativo, que substituirá o sistema multilateral do comércio no futuro. Para este grupo, a aproximação com multinacionais é uma forma de "vender" os ideais do movimento, ameaçando o conjunto de valores desenvolvido nas últimas décadas. O objetivo, assim, deveria ser a busca por parcerias com empresas integralmente alinhadas com o comércio justo.

O futuro do comércio justo

A expansão da certificação solidária depende da resolução das crescentes discordâncias entre as duas abordagens do comércio justo. De qualquer maneira, o crescimento futuro requer a aceitação, por parte dos consumidores, de preços mais altos para as *commodities* agrícolas. Igualmente, é necessário que estes conheçam métodos alternativos de comércio.

Na ponta da produção, uma maior oferta de artigos *Fairtrade* exige controle de qualidade e um uso cuidadoso da certificação. Caso a remuneração oferecida pelo comércio justo siga subindo, outros grupos de produtores possivelmente argumentarão que sua produção também segue regras justas, de modo que possam se beneficiar dos preços mais elevados. Esse nem sempre será o caso, e, por isso, faz-se necessária a plena conformidade dos bens certificados com as regras estabelecidas pela *Fairtrade International*.

O comércio justo está avançando em sua meta de garantir maior justiça nas relações econômicas globais. Seu método de ação, baseado na ação direta voltada a reduzir a desigualdade entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento, tem colhido frutos. O movimento, entretanto, segue restrito a uma parcela do mercado internacional. A expansão futura da iniciativa exige uma solidificação da visão do comércio justo.



Steven Suranovic
Professor Associado de
Economia na George Washington
University.



Pegi Ylli
Pesquisadora Assistente no
Instituto para Políticas em
Economia Internacional, na
George Washington University.

- ❶ Ver: Jaffee, Daniel. *Brewing justice: Fair trade coffee, sustainability, and survival*. Berkeley: University of California, 2007.
- ❷ Ver: Reynolds, Laura. Mainstreaming fair trade coffee: from partnership to traceability. In: *World Development*, Vol. 37, No. 6, 2009, pp. 1083-93.
- ❸ Os princípios mensurados pelo comércio justo podem ser encontrados no documento Overview of fair trade in North America. Disponível em: <http://bit.ly/1orGP0O>
- ❹ Ver: Nicholls, Alex; Opal, Charlotte. *Fair trade: market-driven ethical consumption*. Londres: SAGE Publications, 2005.
- ❺ Ver: Hayes, Mark. On the efficiency of fair trade. In: *Review of Social Economy*, Vol. 64, No. 4, 2006, pp. 447-68.

Informações úteis

DireitoGV e SIEL realizam conferência sobre direito econômico internacional

A Rede de Pós-Graduandos e Acadêmicos/Profissionais Iniciantes da Sociedade sobre Direito Econômico Internacional (PEPA/SIEL, sigla em inglês) promoverá, em cooperação com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV), a 3ª edição de sua Conferência anual. Neste ano, o evento será realizado em São Paulo, em 24 e 25 de abril. A Conferência busca fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas concluídas ou em andamento, além de constituir uma plataforma crítica na qual os participantes podem submeter ao debate ideias sobre temas mais amplos em matéria de direito econômico internacional, com destaque para: comércio, investimento e políticas financeiras; integração bilateral e regional; multilateralismo; direito econômico comparado; e governança econômica internacional. Embora a chamada para trabalhos já esteja encerrada, os interessados em comparecer à Conferência podem acessar detalhes sobre a programação [aqui](#). Para mais informações, clique [aqui](#) ou envie um e-mail para: <pepa2014conference@gmail.com>.

USP promove debates sobre área de saúde na América Latina

A segunda edição da reunião regional do World Health Summit ocorrerá de 6 a 8 de abril, em São Paulo. Promovido pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), o evento visa a debater os principais desafios para a América Latina em matéria de saúde. A programação está organizada em cinco linhas temáticas: expectativa de vida saudável; saúde urbana/saúde em megacidades; aumento na capacidade de pesquisa para incorporar tecnologias; gerenciamento de sistemas de saúde para garantir cobertura universal; educação em saúde. O evento será realizado no Centro de Convenções Rebouças, à Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 23 (São Paulo). Para mais informações, clique [aqui](#).

IRI/USP promove conferência sobre cooperação política e comercial

Como parte das atividades da Rede Ibero-americana de Estudos Internacionais (RIBEI), o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP promoverá, em 8 e 9 de maio, a conferência "Novas Tendências de Cooperação Política e Comercial e seu Impacto Regional". O evento é gratuito e será realizado das 9h às 18h, na sala da Congregação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), à R. Prof. Luciano Gualberto, 908, São Paulo (SP). Em breve, detalhes sobre o evento estarão disponíveis [aqui](#).

USP abre inscrições para curso de pós-graduação em mudanças climáticas

O Núcleo de Apoio à Pesquisa em Mudanças Climáticas (NapMC – Incline) da USP está com inscrições abertas para o curso de pós-graduação "Mudanças climáticas e suas interdisciplinaridades". A disciplina busca desenvolver conhecimentos gerais e interdisciplinares sobre aspectos relacionados às mudanças climáticas e suas implicações sobre o clima. A disciplina está aberta a alunos de pós-graduação da USP e a interessados de outras instituições com graduação completa em qualquer área de formação. O curso possui carga horária de 60 horas e será realizado de 26 de maio a 6 de junho, de segunda a sexta-feira. As inscrições podem ser realizadas até 19 de maio, por e-mail (cpgiag@usp.br) ou telefone (11) 3091-5046 e (11) 3091-4765. Para mais informações, clique [aqui](#).

FGV abre inscrições para Programa 10.000 Mulheres

Pelo sexto ano consecutivo, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), em parceria com a escola espanhola IE Business School, promoverá o Programa 10.000 Mulheres. A iniciativa conta com o patrocínio das instituições Goldman Sachs e Goldman Sachs Foundation e tem como objetivo capacitar gratuitamente mulheres empreendedoras que já possuem um negócio próprio, mas que não tiveram acesso a uma formação específica em administração e gestão de negócios. O Programa inclui um módulo sobre empreendedorismo, que tratará de assuntos como finanças, *marketing* e operações, e outro sobre serviços de apoio às empreendedoras, que promoverá eventos e feiras. As aulas serão ministradas quinzenalmente, sempre às sextas-feiras e aos sábados, durante oito semanas, à Rua Itapeva, 432, em São Paulo (SP). As inscrições estão abertas até 20 de maio. Para mais informações, clique [aqui](#).

FAPESP e Imperial College London lançam chamada de propostas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Imperial College London anunciaram a primeira chamada de propostas no âmbito do acordo de cooperação entre as instituições. A seleção é voltada ao intercâmbio de pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa, públicas ou privadas, no estado de São Paulo e no Reino Unido, afiliados ao Imperial College London. Cada uma das duas instituições concederá até £ 6.000,00 ao ano por proposta, pelo período de vigência estabelecido na concessão, para cobrir despesas de mobilidade. A chamada está aberta a propostas em todas as áreas do conhecimento, e a duração máxima de cada projeto deve ser de 24 meses. O prazo para submissão de propostas termina em 19 de maio. A chamada de propostas, com detalhes sobre elegibilidade, pode ser acessada [aqui](#).

Publicações



A revolução do gás de xisto: implicações para o desenvolvimento sustentável e o comércio internacional

ICTSD – março 2014

O forte crescimento na exploração e extração do gás de xisto ao redor do globo está transformando os preços da energia, a competitividade industrial e a geopolítica em vários países. No entanto, a contribuição do gás do xisto para a mudança climática global e seus efeitos sobre o comércio internacional ainda não foram definidos, o que torna necessário realizar pesquisas e aplicar salvaguardas adicionais para assegurar que essa "revolução" promova um desenvolvimento sustentável. Este estudo do ICTSD, elaborado por Thomas L. Brewer, analisa essas complexas questões e recomenda aos governos, indústrias e agências internacionais que avaliem os efeitos do gás de xisto sobre o meio ambiente e a mudança climática para determinar como essa fonte de energia pode se encaixar em uma agenda de desenvolvimento sustentável. Acesse o artigo [aqui](#).



Transformando o Impacto da APEC sobre Bens Ambientais em uma Iniciativa mais Ampla de Comércio de Energia Sustentável: quais são as opções?

ICTSD – dezembro 2013

As "Iniciativas de Comércio de Energia Sustentável" (SETIs, sigla em inglês), que tratam das barreiras e regras comerciais, correspondem a um importante instrumento político para a mitigação das mudanças climáticas e para facilitar a expansão e o crescimento da energia renovável. As iniciativas existentes, inclusive as regionais, que tratam de bens e serviços de energia limpa podem vir a constituir SETIs mais amplas, ou mesmo um Acordo de Comércio de Energia Sustentável (SETA, sigla em inglês) de caráter vinculante. Este estudo propõe opções para transformar a iniciativa voluntária da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), que prevê a redução das tarifas de uma lista de bens ambientais para 5% ou menos até 2015 e várias barreiras não tarifárias, em um SETI mais abrangente. Acesse o artigo [aqui](#).



Metas de governança e indicadores para além de 2015: uma avaliação inicial

ODI – janeiro 2014

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) têm sido fundamentais para moldar o debate político global e a distribuição de recursos para a cooperação e o desenvolvimento. Entre outros aspectos, os ODMs oferecem metas claras, concretas e mensuráveis, com diversos indicadores para áreas como saúde, educação e redução da pobreza. Porém, a falta de atenção dada à governança é vista como um ponto fraco, que deve ser corrigido em um conjunto de metas futuras. Este estudo busca definir e medir o impacto de fatores como transparência, inclusão, Estado de Direito e a existência de instituições nacionais na contribuição ao desenvolvimento. Acesse o artigo [aqui](#).



Balanço preliminar das economias da América e do Caribe 2013

CEPAL – fevereiro 2014

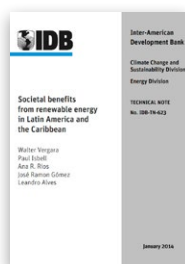
Este estudo, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), examina os efeitos da volatilidade nos mercados financeiros globais sobre a região e a recuperação dos indicadores macroeconômicos. O estudo conclui que, embora a demanda externa e o consumo tenham contribuído para parte dessa recuperação, a região continuou vulnerável ao setor externo, com o aumento do déficit da conta corrente em decorrência da maior taxa de crescimento das importações, em comparação com a das exportações de bens. O relatório também formula recomendações de políticas públicas para os 28 países latino-americanos após a análise das tendências de investimentos, exportações, política fiscal e monetária e consumo. Acesse o artigo [aqui](#).



Reformas econômicas 2014: em direção ao crescimento

OCDE – fevereiro 2014

O relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisa as reformas estruturais de seus países-membros e das potências econômicas que não fazem parte do grupo em áreas identificadas como fundamentais para o crescimento. As prioridades políticas são atualizadas a cada dois anos e apresentadas em um relatório completo, que inclui observações individuais dos países, com recomendações políticas detalhadas para lidar com as prioridades. O próximo relatório completo será publicado em 2015. Este texto preliminar estuda as medidas adotadas pelos governos nos últimos dois anos em áreas como produtividade, mercado de mão de obra, políticas sociais e contas públicas. Acesse o artigo [aqui](#).



Os benefícios sociais da energia renovável na América Latina e no Caribe

BID – janeiro 2014

O crescimento da população e os avanços na qualidade de vida locais exigirão um rápido aumento na oferta de energia nos países da América Latina e no Caribe. A região tem como característica uma matriz de baixa emissão de carbono e potencial para produzir mais de 78 PWh, usando apenas tecnologias não tradicionais de energia renovável (NRETs, sigla em inglês). No entanto, vários fatores impedem a expansão da energia renovável, que teria efeitos positivos em termos de benefícios sociais, como a criação de empregos ou a mitigação da mudança climática. O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que esses benefícios sociais são grandes o suficiente para compensar a desvantagem de custo da energia solar e eólica sobre as alternativas fósseis. Acesse o artigo [aqui](#).



O Acordo de Facilitação do Comércio da OMC: potencial impacto sobre os custos do comércio

OCDE – fevereiro 2014

O documento elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisa os possíveis efeitos do Acordo sobre Facilitação do Comércio concluído em Bali (Indonésia), em dezembro de 2013. A OCDE calculou os benefícios potenciais do acordo para vários grupos de países, levando em conta que, para alcançar um consenso, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) abandonaram algumas provisões da agenda original e lançaram vários outros. A análise do órgão considerou dois cenários: em um deles, os países-membros implementam todas as opções contidas no acordo; no outro, são implementadas apenas as disposições obrigatórias, deixando de lado as opções discricionárias. Acesse o artigo [aqui](#).



A recente turbulência nos mercados emergentes

UNCTAD – março 2014

As economias emergentes entraram em 2014 castigadas pelo aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais, poucos meses após terem sido penalizadas por uma súbita reversão nos fluxos de capital, depois de o Banco Central dos Estados Unidos ter sugerido, em maio de 2013, que começaria a reduzir seu programa de compra de ativos (conhecido como "afrouxamento monetário"). Esse movimento nos fluxos de capital surpreendeu muitos analistas que, desde a crise financeira de 2008, sugeriam que as economias emergentes haviam se "desconectado" das políticas dos países desenvolvidos. A análise elaborada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) defende uma ação multilateral para reduzir a volatilidade financeira global e atender à necessidade urgente dos governos por controles mais rígidos, abrangentes e permanentes sobre os fluxos de capital. Acesse o artigo [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Esta publicação é licenciada pelo Creative
Commons Attribution-NonCommercial-
NoDerivative Works 3.0 [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

